

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Luís Miguel A.B. Moreira - Immgeo@gmail.com
Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa

O Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden (1809): construir a imagem de um país

Resumo

A fixação da imagem cartográfica do conjunto de Portugal peninsular foi um processo longo, estendendo-se desde o século XVI ao século XIX. Neste período de tempo, os mapas de Portugal eram divulgados a partir dos principais centros editoriais estrangeiros e eram utilizados pelas autoridades portuguesas como cartografia oficial.

Em finais do século XVIII, a Coroa desenvolveu o plano de levantar uma Carta Geográfica assente em observações topográfica e em medições trigonométricas, a partir de uma rede geodésica a implementar no terreno. Contudo, dado o conturbado panorama geopolítico da época, este projecto nunca foi concretizado.

Assim, aquando do início da Guerra Peninsular, e perante a inexistência de um bom mapa de Portugal, as autoridades governamentais recorreram, uma vez mais, à cartografia estrangeira.

Foi neste contexto que, em 1809, foi editado pela Impressão Régia o “Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden” que, assim, oficializava o *Chorographical Map of the Kingdom of Portugal* editado em Londres, em 1797, por aquele geógrafo inglês.

Palavras Chave: mapa de Portugal; imagem cartográfica; mapas impressos; William Faden

Abstract

Fixing the cartographical image of Portugal was a long process that last from 16th century to mid 19th century. In this period of time the maps of Portugal were produced abroad and they were used by Portuguese authorities as “official” cartography.

By the end of 18th century the Crown considered a project of creating a national scale scientific map. Unfortunately, the geopolitical instability in Portugal postponed this project.

At the beginning of the Peninsular War the absence of a good map of the country, compelled the Portuguese governmental authorities to use, once again, foreign cartography.

In this context, in 1809 was published by Impressão Régia the “Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden”, officialising the 1797 map of Portugal, edited in London by William Faden.

Key-Words: map of Portugal; cartographical image; print maps; William Faden.

A fixação e divulgação da imagem cartográfica do território de Portugal continental, através da cartografia impressa, foi um processo cuja origem remonta, pelo menos, ao século XVI e ao primeiro mapa impresso conhecido, de Fernando Álvares Seco. O mapa foi impresso em Roma, pois não havia em Portugal capacidade técnica para desenvolver estes projectos.

Esta imagem cartográfica seria perpetuada, pelo menos, durante um século, através de inúmeras cópias, versões e variantes estrangeiras. Apenas na segunda metade do século XVII, no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668), seriam editados duas novas imagens de Portugal que, tal como o primeiro, foram impressos no estrangeiro.

O primeiro destes mapas, em duas folhas, foi editado em Paris, em 1654, por Nicolas Sanson, Geógrafo do rei de França, ostentando uma dedicatória ao “Muito Alto e Muito Poderoso Princ.^{ps} e Senhor D. Joam III Rey de Portugal”, não oferecendo dúvidas quanto à identidade do “patrono” e mecenas deste trabalho.

O segundo mapa, é da autoria do cartógrafo português, ao serviço da coroa de Espanha, Pedro Teixeira Albemaz, e foi impresso e editado em Madrid, em 1662, previsivelmente relacionado com a campanha militar contra Portugal.

No decorrer do século seguinte seriam estes os dois mapas que mais contribuiriam para a difusão da imagem cartográfica na Europa.

Em Portugal, na segunda década do século XVIII e sob o patrocínio da Academia Real da História - cujos membros pretendiam obter um conjunto de mapas para ilustrar a História de Portugal - o Engenheiro Mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, à semelhança daquilo que já se fazia noutros países europeus, abraçou o projecto de construção de um mapa “científico” de todo o seu território continental, baseado em medições trigonométricas e observações astronómicas.

No entanto, os trabalhos entretanto iniciados não produziram os resultados pretendidos, pelo que, os mapas das diferentes províncias portuguesas, editados pela Academia Real da História em 1730, resultaram de um processo de compilação e cópia de protótipos impressos estrangeiros (Garcia, 2006, p. 141-173). Contudo, estas imagens tiveram um grande impacto no panorama cartográfico europeu, durante todo o século XVIII.

Deste modo, face à contínua inexistência de um mapa de Portugal, as autoridades portuguesas procuraram outras alternativas para suprir a sua necessidade cartográfica e, para tal, recorreram ao serviço de geógrafos, impressores, gravadores, editores e outros técnicos estrangeiros, destacando-se os mapas de grandes dimensões e em várias folhas, de Thomas Jefferys, de 1762, com edição em Londres (que conheceu uma segunda edição em 1790 com a chancela da casa editorial de William Faden) e o de Tomás López, de 1778, editado em Madrid.

Todo este processo de construção cartográfica - gravação, edição e circulação de mapas - envolvia vários autores de diferentes países europeus que, fosse porque copiavam a informação uns dos

outros, fosse porque se baseavam nas mesmas fontes descritivas e cartográficas, perpetuavam no tempo as mesmas representações do território português.

Em todo o caso, até ao início do século XIX, a produção de mapas do conjunto de Portugal era, essencialmente, um negócio dominado por geógrafos, cartógrafos e editores estrangeiros, concentrados nos principais centros editoriais europeus, principalmente Londres, Paris e em várias cidades alemãs.

Para os portugueses era vulgar a utilização de cópias e variantes manuscritas dos exemplares impressos estrangeiros e que eram utilizadas, entre nós, como cartografia oficial pelas autoridades políticas, diplomáticas e militares. Também eram manuscritos os mapas levantados em diferentes escalas pelos engenheiros militares portugueses, quase sempre relacionadas com a preparação da defesa das fronteiras, ou da renovação das fortificações terrestres.

Em todo o caso, em finais do século XVIII, os mapas eram utilizados, cada vez mais, como instrumento privilegiado de reforma e de ordenamento territorial, de modo a preparar eficazmente a administração do Estado, a defesa nacional e a promover o desenvolvimento económico interno do país (Silva e Hespanha, 1998, p. 38-40).

Para tal, revelou-se especialmente importante o contributo das várias instituições criadas nas últimas duas décadas do século XVIII, promovendo o reconhecimento geográfico – no sentido mais lato do termo - do país. O “Estado” fez um esforço para dotar o país de um corpo institucional responsável pela formação de engenheiros militares e de outros técnicos especializados, capazes de assegurarem as tarefas de reconhecimento e de ordenamento do território, tanto no que dizia respeito aos assuntos puramente militares, como nos grandes projectos de obras públicas¹.

A cartografia e as memórias descritivas entretanto produzidas - frequentemente complementadas com quadros estatísticos - revelaram-se instrumentos primordiais da acção reformadora da Administração Central.

Este “espírito iluminista” da época aliado à acção reformista da Administração Central, fez aumentar o interesse pela cartografia e, ao mesmo tempo, crescer o desejo, tanto nos governantes como na comunidade científica portuguesa, de completar uma carta topográfica do reino - que se prestasse à administração civil e militar - utilizando as mais recentes técnicas geodésicas e trigonométricas, à semelhança do que a Coroa francesa havia iniciado quase um século antes, e que, por esta altura, também era imitada noutros países, nomeadamente no Reino Unido que, para isso, haveria de criar uma instituição específica, o Ordnance Survey (Hewitt, 2010).

Esta era, como se disse, uma pretensão que remontava ao tempo do Engenheiro-Mor do Reino Manuel Azevedo Fortes, mas que só nos finais do século XVIII encontrou as condições institucionais, humanas e materiais necessárias para ser concretizada.

¹ Merecem referência a criação da Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, a Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1790 e a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, em 1798.

Assim, numa sessão apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1787, o general Stockler propôs o levantamento de uma carta topográfica moderna que pudesse servir de objecto de utilidade para a Administração. O general sugeria, ainda, que, esta carta fosse completada com memórias militares de modo a torná-la mais apta para a preparação da defesa do Reino (Sepúlveda, 1910, p. 244).

Contudo, após algumas tentativas realizadas no terreno, o projecto foi abandonado nos inícios de 1790 porque depressa se percebeu que esta era uma tarefa que ultrapassava os limites da Academia.

Neste sentido, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, patrocinou a criação de uma "comissão dos trabalhos geodésicos", cuja missão era estabelecer uma rede para a Triangulação Geral do Reino, para que, a partir dela, se construísse a Carta Geográfica do Reino (Dias, 2003, p. 383-296).

Para coordenar este projecto, foi nomeado o Lente da Academia Real da Marinha Francisco António de Ciera, que rapidamente esboçou um plano de trabalho para a execução da Carta Geográfica (ou Topográfica) do Reino, sugerindo a nomeação de alguns colaboradores, entre os quais, Carlos Frederico Bernardo de Caula e Pedro Folque e propondo a utilização dos engenheiros militares como técnicos cartógrafos².

Os trabalhos de campo para a concretização da triangulação iniciaram-se em Outubro de 1790, sendo descrita num relatório intitulado *Viagem Geographica e astronómica pelo Reino de Portugal para a construção da carta topográfica e determinação do grau de meridiano*, por Francisco Ciera e prolongaram-se até, pelo menos, 1804 (Dias, 2003).

Em 1798, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do Reino, foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica que, a partir de então, ficou responsável por coordenar o projecto de levantamento da Carta Geográfica do Reino, tornando-se, na opinião de Rui Branco, na primeira "autoridade cartográfica pública" (Branco, 2003, p.89).

No preâmbulo do alvará de 30 de Junho que deu origem a esta instituição, encontram-se explicitadas as razões que levaram a Coroa a patrocinar a criação de uma instituição vocacionada para a produção de mapas:

[...] e sendo-me presente de uma parte a falta e penúria que sente a minha Marinha Real e Mercante de boas Cartas Hidrográficas, achando-se até na necessidade de comprar as das nações estrangeiras e de se servir muitas vezes de algumas que pela sua incorrecção expõem os navegantes a gravíssimos perigos; e da outra parte reconhecendo a necessidade de publicar-se a grande e exacta Carta Geral do Reino em que tenho mandado trabalhar pessoas de grande merecimento e que nada tem que invejar, no que se acha já principado, aos outros estabelecimentos da mesma natureza que existem na Europa; e sentindo igualmente a necessidade de fazer gravar para o serviço dos meus Exércitos Cartas Militares, assim como Cartas em que se delineem as Obras Hidráulicas de Canais e outras semelhantes [...]³

Pela sua leitura, conclui-se que, pese embora o progressivo esforço desenvolvido pela Coroa portuguesa, a cartografia nacional ainda não tinha atingido um desenvolvimento adequado às

² As reflexões de Ciera podem ser consultadas no AHM, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 7.

³ Transcrito por Avelino Teixeira da MOTA, 1972, pp. 237 e 238.

necessidades do "Estado", obrigando-o a recorrer a cartografia estrangeira. Por esta razão, a Sociedade Real tinha como objectivo, gravar, imprimir e publicar a cartografia produzida, tentando minimizar a dependência face ao estrangeiro.

Infelizmente, este projecto de levantamento de um "mapa científico" não foi concretizado no imediato: o contexto geopolítico da época que fazia pairar a ameaça de invasão e de guerra com Espanha e França, concretizadas em 1801 e entre 1807-1812, obrigaram à interrupção dos trabalhos, que só foram retomados na segunda metade do século XIX (Mendes, 1982, p. 6-11).

Assim, aquando as Invasões Francesas, a produção cartográfica nacional mantinha, praticamente, a mesma situação de dependência face à cartografia estrangeira e esta falta de mapas do território português será sempre motivo de queixa, quer por parte dos oficiais britânicos, quer, sobretudo, pela parte dos invasores franceses⁴.

O Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden, na Impressão Régia, 1809

Nalguns arquivos cartográficos portugueses, encontra-se um exemplar cujo título completo é "Mappa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden Novamente corregido e estampado na Impressão Regia 1809"⁵. Neste estudo teremos por base o mapa que se encontra arquivado no Instituto Geográfico Português.

Para a história particular deste exemplar, é importante perceber as circunstâncias da sua publicação por uma instituição oficial como era o caso da Impressão Régia. Esta havia sido criada por Alvará de 24 de Dezembro de 1768, também se designando Régia Oficina Tipográfica, e que no futuro seria denominada de Imprensa Nacional.

Para assegurar o seu pleno funcionamento, foi nomeado como "abridor de estampas" Joaquim Carneiro da Silva. Mais tarde, entre 1802 e 1815, teve este cargo Francesco Bartolozzi, contratado pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A sua capacidade técnica e editorial, bem como o seu espólio, aumentaram grandemente quando a extinta Casa Literária do Arco do Cego (criada em 1799) foi integrada nesta instituição, pelo que ficou amplamente habilitada para a produção de mapas e de plantas.

⁴ Disto mesmo se lamentava nas suas memórias da terceira invasão, o General Barão de Marbot, referindo-se à absoluta falta de conhecimentos topográficos e à inexactidão dos mapas da época. (Marbot, 2006, p. 54)

⁵ Instituto Geográfico Português, cota CA 51; Arquivo Histórico Militar, 47ª Secção/3ª Divisão-Mapas Gerais 4. Portugal Continental, nº 2500.

É importante referir que a Imprensa Régia continuou a produzir e a publicar mesmo após a transferência da Corte para o Brasil e durante a ocupação francesa, período em que trabalhou segundo as determinações de Junot⁶.

Foi, aliás, por iniciativa das autoridades francesas que, em 1808, se gravou e imprimiu, ao que tudo indica na mesma Imprensa Régia, a “Carta Militar das Principais Estradas de Portugal”, da autoria de Lourenço Homem da Cunha d’Eça (1765-1833), oficial do Real Corpo de Engenheiros e lente na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, mapa bilingue em francês e português, que conheceria várias variantes e versões, tanto em Portugal como no estrangeiro. O mapa seria distribuído pelos oficiais franceses em Portugal de forma a poderem conhecer os itinerários terrestres do país, suprimindo, assim, uma importante lacuna.

O título deste mapa em análise, remete para o seu protótipo de 1797 “Chorographical Map of the Kingdom of Portugal divided into its Grand Provinces”, com a indicação em português “Mappa Corografica (sic) do Reino de Portugal”, editado em Londres por William Faden (1749-1836).

Este geógrafo/editor era filho de um impressor e gravador com quem terá aprendido o ofício. Resolvido a estabelecer-se por sua própria conta como gravador e editor, tornou-se sócio da família Jefferys, em 1773, iniciando então uma carreira auspiciosa, com base no acervo de outro famoso geógrafo inglês, Thomas Jefferys, tendo sido reconhecida e premiada em diversas ocasiões: em 1783 foi nomeado “Geógrafo do Rei” e também do Príncipe de Gales; em 1796 recebeu a medalha de ouro da Royal Society of Art, pela qualidade das gravações e em 1801 obteve as licenças necessárias para gravar, imprimir e editar, a primeira folha do levantamento topográfico do Reino Unido levado a cabo pelo Ordnance Survey.

Aquando da Guerra Peninsular, Faden conseguiu o privilégio de editar vários mapas e planos das campanhas e das batalhas peninsulares. Era, portanto, alguém com fortes ligações aos militares britânicos.

Numa rápida análise, o mapa de 1809 parece corresponder a uma adaptação para o público português do mapa de 1797. Neste particular, o exemplar não constitui propriamente uma novidade, já que, datados da década de 1760 há, pelo menos, dois mapas de origem estrangeira que foram traduzidos e adaptados para o público português, sendo ambos editados em Lisboa por iniciativa de dois livreiros de origem francesa: Julião Guillot (1763) e José Augustinho Borel (1764). Ambos mapas inspiravam-se na imagem produzida por Sebastien Longchamps em 1762.

⁶ Logo que o Governo português se estabeleceu no Rio de Janeiro, uma das primeiras medidas tomadas foi a de restabelecer a Imprensa Régia, utilizando o material que tinha sido enviado desde Lisboa.

A originalidade do mapa de 1809 residia no facto de, agora, a edição ser da responsabilidade de uma instituição oficial, ligada às autoridades governativas portuguesas e não da iniciativa privada.

Trata-se de um mapa com cerca de 74 x 51 cm, inserido numa dupla esquadria, a interna graduada em latitude e longitude, esta última referida ao meridiano de Londres, e que configuram a rede cartográfica inscrita.

O título, sem qualquer cartela decorativa, foi colocado no canto superior esquerdo, enquanto as escalas gráficas estão na parte inferior do mapa, no canto esquerdo e ao centro. São três as escalas figuradas, uma de léguas portuguesas de 18 ao grau (“Segundo Pimentel”), outra de léguas castelhanas de 26 ½ ao grau e outra em milhas inglesas de 60 ½ ao grau. A escala aproximada do mapa é ca. 1 : 930 000.

O mapa não apresenta qualquer indicação de autoria ou de gravação mas, fora da esquadria, na parte inferior, consta a indicação “Acha-se a vender esta Carta na Impressão Regia, na sua loja á Praça do Commercio, na de Francisco Xavier de Carvalho aos Ma[r]tyres, e na de Ant^o. X^{er}. Do Valle defronte do Arsenal; no Porto, e em Coimbra”.

Esta indicação permite inferir um interessante dinamismo comercial dos mapas, a que não está alheia a situação política e militar em Portugal, com a presença de vastos contingentes militares britânicos e portugueses que necessitariam de mapas do país. Refira-se, também, que o período das invasões ficou marcado por uma forte dinâmica editorial de livros, panfletos, gazetas, opúsculos, etc., pró e contra a presença francesa, que contribuiu para criar um público interessado e receptivo, ávido por acompanhar os acontecimentos do momento (Geraldès, s/d).

No canto superior esquerdo, foi manuscrito a tinta o nome “Azedo”, que indicia que o mapa esteve na posse da família de militares Dias Azedo.

Efectivamente, o general Matias José Dias Azedo, que se notabilizou na defesa de Campo maior em 1801, havia sido nomeado responsável pela preparação da defesa da fronteira do Minho em 1809, logo após a expulsão das tropas francesas comandadas por Soult. Nessa tarefa foi coadjuvado pelo seu filho Martinho José Dias Azedo, que também se notabilizou não só nas campanhas da Guerra Peninsular como, mais tarde, na Guerra Civil, em que participou ao lado das tropas liberais. Há ainda um segundo filho de Matias, Eusébio Dias Azedo, também engenheiro militar e Lente de Matemática da Companhia de Guarda da Marinha.

O mapa de Portugal de 1809 figura o território nacional peninsular, dividido nas suas seis províncias, cujos limites foram, posteriormente, coloridos, e uma pequena parte do território espanhol confinante com a fronteira terrestre. A linha de fronteira foi mantida com a configuração da de 1797, fazendo com que, simbolicamente, Olivença e o seu Termo continuassem incluídos no território nacional,

apesar condições definidas pelo Tratado de Paz de Badajoz de 1801, após a derrota portuguesa na Guerra das Laranjas. Teria sido intencional esta opção?

Tal como no mapa original, entre os fenómenos naturais, destaca-se a representação da rede hidrográfica, tendo havido o cuidado de identificar um grande número de rios e de ribeiros.

A orografia foi figurada com uma espécie de “hachures” que parecem dar uma perspectiva tridimensional às serras e cujos nomes foram escritos em português, o que já acontecia no mapa de 1797. De uma forma geral, o autor baseou-se nos mapas de Jefferys (1762) e de Tomás López (1778): transmite-se a imagem de um país profundamente montanhoso, muito especialmente na parte meridional, e cujas ramificações orográficas se estendem desde, ou para, Espanha e que configuram as principais bacias hidrográficas do país (Alegria, 1977).

A configuração do litoral parece inspirar-se em Jefferys, ainda que a configuração do litoral do Algarve e a “Ria de Aveiro” tenham sido reformulados, apresentando um aspecto diferente de qualquer um dos mapas de Portugal da época.

De facto, as maiores alterações registam-se na toponímia, desaparecendo todos os nomes ingleses como *Bay of Lagos*, *Entrances of the Tagus* ou *Rocks of Lisbon*, que foram registados na versão anterior. Uma rápida análise à Província de Entre Douro e Minho permite verificar que muitos topónimos foram acrescentados e/ou corrigidos e actualizados, começando pelo nome da própria Província que, no mapa de 1797, era identificada como “Entre Minho e Douro”.

Vejamos alguns exemplos:

Edição de 1797	Edição de 1809
S. Mil	Meixomil
Alfarina	Alfena
Labriga	Labruja
Arifana	Penafiel
R[io]. Oeste	R[io]. Este
R[io] Solho	R[io] Selho
R[io] Dave	R[io] Ave
Serra de Soazo	Serra de Soajo

Finalmente, merece destaque as anotações inscritas sobre o mapa. Como já se referiu é provável que o mapa tenha estado na posse de uma família de militares portugueses que desempenhou

cargos de relevo na Arma de Engenharia. E de facto é possível que as anotações estejam relacionadas com as operações militares desenvolvidas em território português durante a Guerra Peninsular.

Entre as indicações acrescentadas, identificam-se perfeitamente as linhas de Torres Vedras, marcadas a cor vermelha. Algumas povoações foram destacadas com um círculo vermelho no caso das portuguesas ou com um círculo castanho as espanholas, parecendo evidenciar a sua importância geoestratégica. A linha de fronteira a Norte do rio Tejo apenas foi destacada a praça-forte de Valença, talvez porque, como se disse, Matias José Dias Azedo aí se encontrava destacado em 1809.

Verifica-se que foram seleccionadas algumas estradas, coloridas a castanho, possivelmente assinalando as mais transitáveis e praticáveis para o exército; observam-se, também, dois itinerários Sul-Norte marcados a cor vermelha, ambos a partir do vale do Tejo, um seguindo um trajecto mais litoral e o outro pelo interior, mas nem um nem outro seguem fielmente a rede viária marcada.

Na província da Beira, na passagem do rio Douro era efectuada em Régua-Lamego e em Ansiães-S. João da Pesqueira, estando destacadas algumas povoações ao longo do itinerário interior, nomeadamente, Mêda, Penedono, Trancoso e Celorico da Beira e que nos permitem correlacionar com os depósitos militares criados pela intendência do exército aliado para apoiar as campanhas entre 1811-1813. O mapa teve, então, uma inequívoca utilidade militar.

Este exemplar poderá estar relacionado com o mapa manuscrito que existe na Biblioteca do Exército e que poderá ser a sua versão preparatória, ou simplesmente uma cópia grosseira. Este mapa está incompleto e apresenta inúmeras indicações manuscritas, tendo no verso as iniciais B.W que parecem remeter para o oficial alemão contratado pelo exército português em 1797, Barão de Wiederhold, servindo de ajudante general do Príncipe de Waldeck (Dias, 2001, p.40).

Em resumo, já após a derrota da primeira invasão francesa e conseqüente expulsão do seu exército, Portugal sofreu uma segunda invasão na Primavera de 1809, ficando a Província de Entre Douro e Minho sob controlo das tropas comandadas pelo Marechal Soult. Simultaneamente, iniciou-se a reestruturação do exército português pela mão do Marechal William Carr Beresford, o novo Comandante-Chefe do Exército português e de D. Miguel Pereira Forjaz.

Poucas semanas depois, iniciava-se a campanha militar luso-britânica que iria expulsar, de novo, o exército francês do território português.

Neste contexto militar, e perante a inexistência de um mapa “oficial” do conjunto do país, as autoridades portuguesas terão ordenado a impressão deste mapa com o objectivo de dotar os oficiais do exército português com cartografia mais actualizada e completa, de forma a poderem planear os movimentos do exército, até porque a “Carta Militar” impressa no ano anterior, a mando dos franceses,

apenas constituía um mapa de itinerários, sem qualquer informação relativamente ao relevo e com muito menos toponímia.

A opção pelo mapa de Faden deveu-se a vários factores: deve estar relacionada com as boas relações que o editor britânico mantinha, quer junto das esferas militares inglesas, quer das autoridades portuguesas; pode estar relacionada com a boa aceitação e receptividade que teve o mapa de 1797 (conhecendo várias versões em diversos estados europeus), uma vez que constituía uma obra de síntese entre os grandes mapas de Portugal da autoria de Thomas Jefferys e de Tomás López; mas também pode relacionar-se com uma questão de limitação técnica, de tempo e de dinheiro por parte da Impressão Régia.

Produzir um mapa de grandes dimensões e em várias folhas seria um processo bem mais caro e muito mais moroso do que aquilo que a urgência da situação exigia, ainda para mais porque se sabe que, nesse ano, os técnicos mais habilitados desta instituição foram chamados ao Rio de Janeiro para aí dinamizarem a Impressão Régia⁷.

Assim, o mapa apresentava as características certas, principalmente no que dizia respeito às dimensões e à escala, para ser o eleito. A sua utilização pelos oficiais superiores que estiveram envolvidos nas operações militares contra os exércitos franceses, comprova a sua utilidade prática.

Não se tratou de construir uma “nova imagem” do país, pelo contrário, seguiu-se o velho expediente de procurar mapas estrangeiros, mas houve o cuidado de seleccionar o exemplar que melhor poderia preencher as necessidades do momento e adaptá-lo à sociedade. No entanto, esta edição, corresponde, de certa forma, ao culminar do esforço desenvolvido pela Coroa portuguesa desde os finais do século XVIII, com o objectivo de assegurar as condições para uma produção autónoma das instituições cartográficas portuguesas.

A sobrevivência desta imagem de Portugal não se ficou por aqui. Em 1811 Faden editou um *General Atlas* onde incluiu uma nova versão do mapa de 1797 construída, ao que tudo indica, a partir da mesma matriz, ainda que seja possível identificar algumas diferenças.

Destaca-se, de imediato, o facto de o autor não ter representado o relevo de uma forma tão marcada, pelo que o fundo do mapa ficou menos sobrecarregado, tendo o mapa ficado mais legível. A configuração da “Ria de Aveiro” foi reformulada, tendo o autor acrescentado uma lagoa junto de Angeja.

Também a península de Tróia e a foz do rio Sado foram “actualizados”, substituindo-se as lagoas e as ilhas que existiam na anterior versão por uma área pantanosa identificada por “Heath” e que obrigou

⁷ Foi o que sucedeu ao gravador Romão Eloy Almeida, que em 1808 havia gravado o mapa de Portugal para os franceses.

o autor a rearranjar a disposição dos topónimos da área. O Cabo de Sines também foi modificado, deixando de ser tão pronunciado.

Estas últimas alterações reflectem uma actualização de conhecimentos e leitura de novas fontes e de novos autores, nomeadamente de Henry Frederick Link no seu livro *Journey Trough Portugal and Spain*, editado em inglês em 1801, onde o autor refere: "(...)equally in vain we sought in this country [vale inferior do rio Sado] for the Montes Azules of Lopez which not na inhabitant knew, and the place of wich is occupied by sandy heath. Such errors regarding countries at no great distance from a capital, and laying down a place of trade so well known as St. Ubes are very striking" (Link, 1801, p. 265).

Esta dimensão comprova a "vitalidade" e validade desta imagem de Portugal, contudo, o geógrafo britânico não utilizou a imagem actualizada e corrigida pelos portugueses dois anos antes.

Figura 1 - Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez, W. Faden,
Impressão Régia, 1809. Instituto Geográfico Português

Figura 2 - Chorographical map of the Kingdom of Portugal, William Faden, 1797. Arquivo Militar da Suécia

Figura 3 - Chorographical map of the Kingdom of Portugal, William Faden, [1811]. David Rumsey
Collection

Bibliografia

- ALEGRIA, Maria Fernanda. Cartografia Antiga de Portugal Continental. Finisterra, Lisboa, vol. XII, 24, p. 169-210, 1977.
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho. O Mapa de Portugal, Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos. Lisboa: Livros do Horizonte, 2003.
- DIAS, Maria Helena. A imagem do espaço nacional e o papel da Cartografia militar portuguesa. Revista Militar, Lisboa, vol. 53, n.º 1, p. 27-57, 2001.
- DIAS, Maria Helena. As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal. Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Porto, I série, vol. XIX, p. 383-396, 2003.
- GARCIA, João Carlos. Manoel de Azevedo Fortes e os mapas da Academia Real da História Portuguesa, 1720-1736 in FERNANDES, Mário Gonçalves (org.). Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo. Porto: Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território, p. 141-173, 2006.
- GERALDES, Sofia Mendes. As gentes do livro na guerra peninsular. www.euronapoleon.com/pdf/private/sofia_geraldes.pdf, acessado em 13/02/2010.
- HEWITT, Rachel. Map of a Nation. A Biography of the Ordnance Survey. London: Granta, 2010.
- LINK, Henry Frederick. Travels in Portugal and through France and Spain with a Dissertation on the Literature of Portugal and the Spanish and Portuguese Languages. London: T.N.Longman and O. Rees, 1801.
- MARBOT, General Barão de. Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.
- MENDES, Humberto Gabriel. Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque 1750-1900. O Património Histórico Cartográfico do Instituto Geográfico Cadastral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MOTA, Avelino Teixeira da. Acerca da recente devolução a Portugal, pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica (1798-1807). Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, p.237 – 310, 1972.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Magalhães Aires. História Orgânica e Política do Exército Português. Vol V (Provas), Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel. O Quadro Espacial in MATTOSO, José (Dir.). História de Portugal, vol. 4, Lisboa: Editorial Estampa, p.35-41.

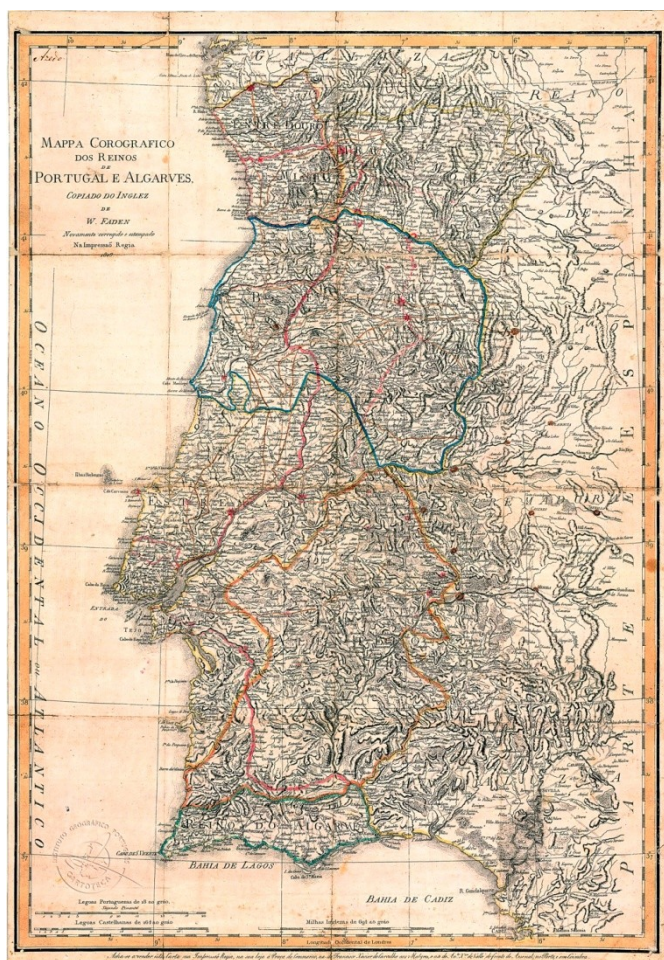


Figura 1

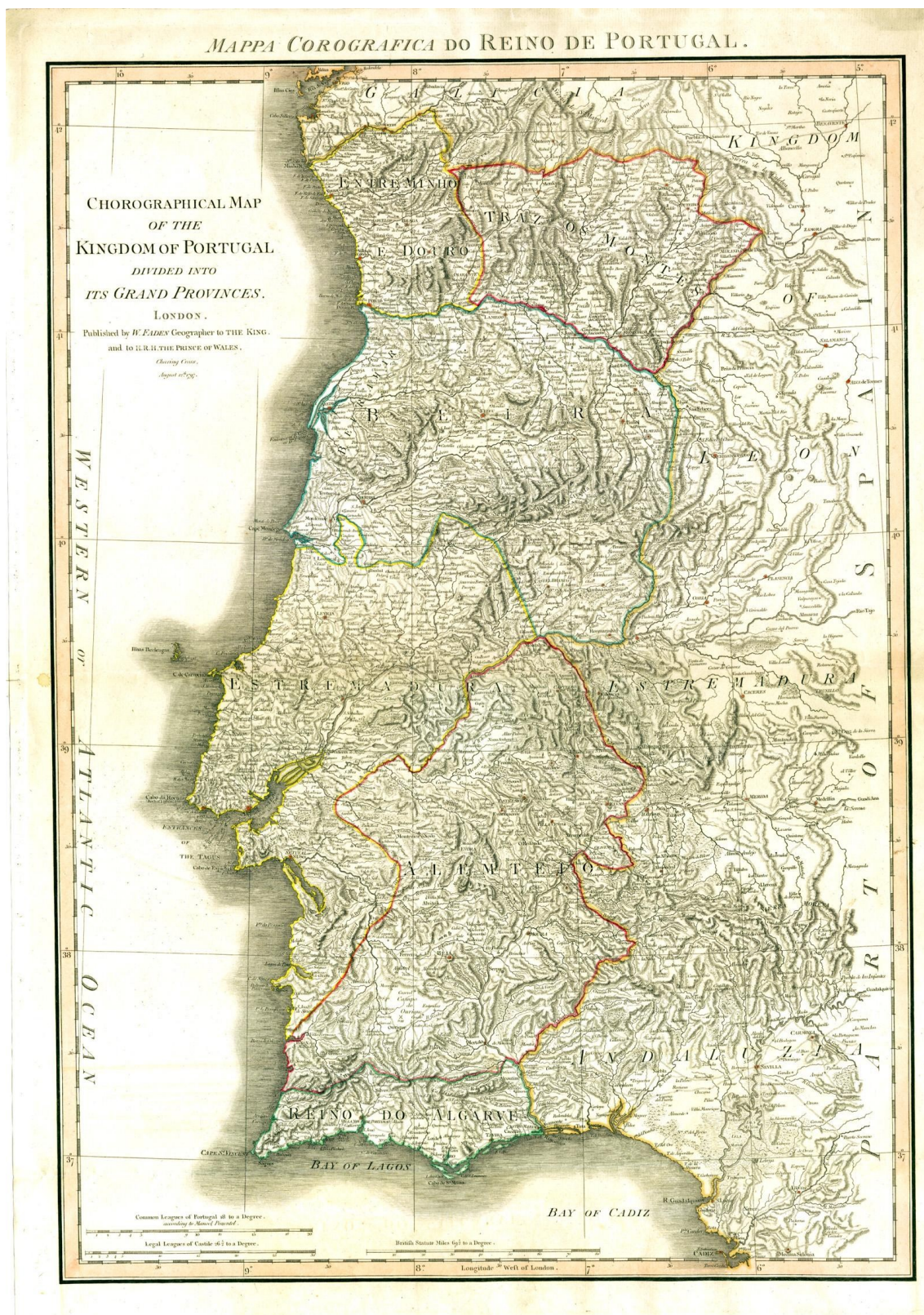


Figura 2

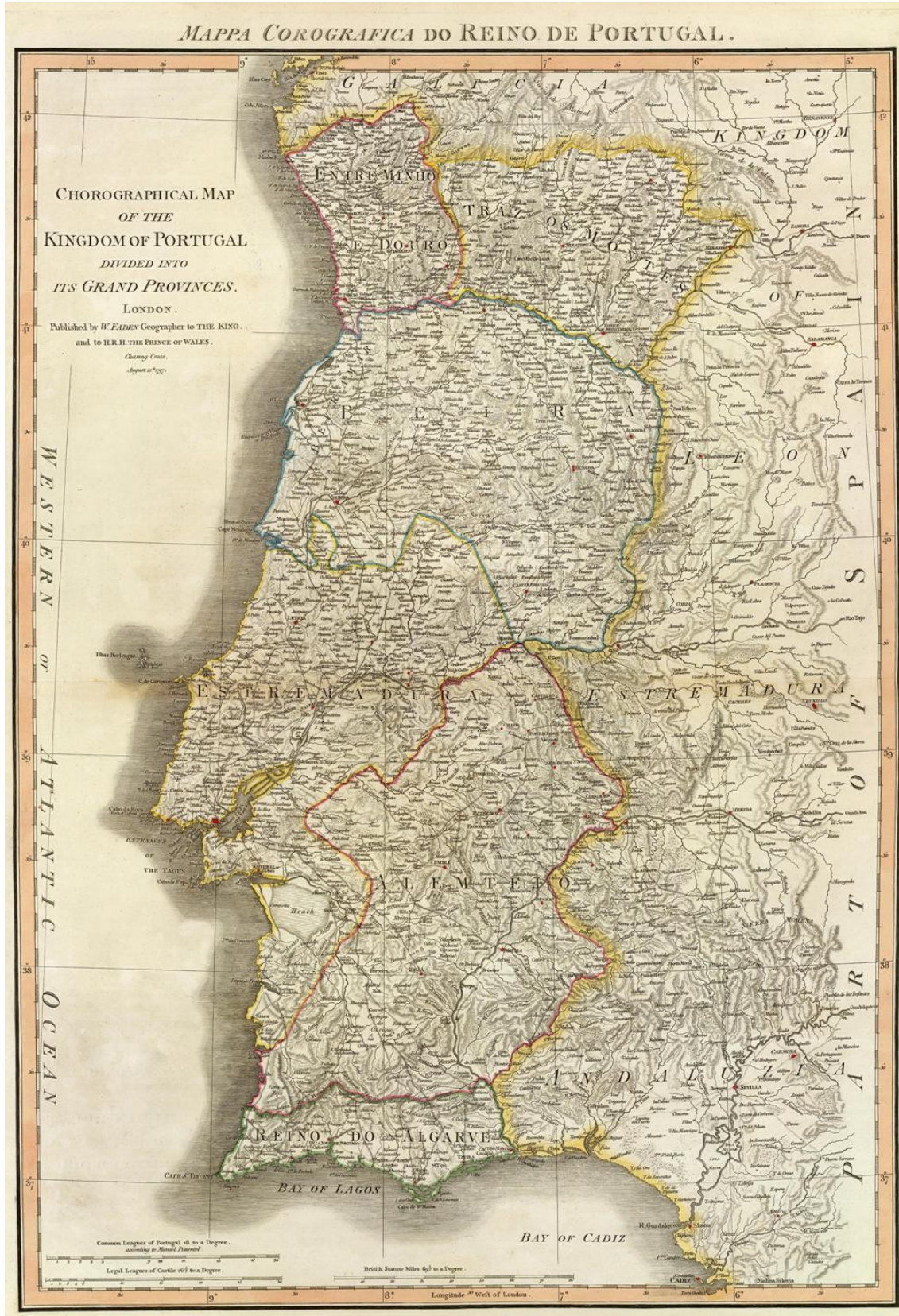


Figura 3